

6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE + 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu

Relatório do Grupo de Trabalho Pescas Tradicionais 28 de Abril de 2016 - Santiago de Compostela

O Presidente Sergio Lopez deu as boas-vindas a todos os Membros e desejou que a reunião desse azo a debates bem-sucedidos.

A ordem do dia e o relatório previstos foram apresentados aos membros e, não tendo suscitado comentários, foram validados sem qualquer alteração.

Acompanhamento do Parecer 96

O Secretário-Geral apresentou as linhas gerais da resposta enviada pela Comissão Europeia, no que respeita ao Parecer 96 do CC Sul, sobre a informação aos consumidores. Sem surpresas, a Comissão indicou que, no seu relatório publicado em Maio de 2016, tinha considerado que a rotulagem voluntária constituía a melhor opção e que o Regulamento 1169/2011 já previa a obrigatoriedade da indicação do país de origem ou do local de proveniência nos casos em que a sua omissão fosse susceptível de induzir o consumidor em erro.

Esta apresentação não suscitou comentários específicos por parte dos membros, que não acharam útil prosseguir com este assunto.

Avaliação do Regulamento Controlo

Bem como indicado na agenda, o ponto relacionado com a avaliação do Regulamento Controlo era condicional e, afinal, a actualidade comunitária e as obras já realizadas pelo CC Sul não requerem, por enquanto, mais discussões. De facto, a missão de Consulting encomendada pela DG Mare não precisará de se encontrar com os diferentes CCs, continuando a DG Mare numa fase de análise dos feedbacks expressos. Relativamente ao CC Sul, os membros foram informados do facto de a Comissão ter altamente apreciado o seu Parecer 100, desejando, deste modo, agradecer os membros pelos trabalhos executados.

Está prevista a análise da DG Mare continuar até ao verão e, para já, não foi tomada decisão alguma relativamente à eventual revisão do Regulamento «Controlo». A Comissão parece estar a interrogar-se quanto à utilidade de tal revisão, na medida em que os principais problemas encontrados parecem dever-se, em função dos Estados Membros, a uma falta de harmonização na implementação.

Obrigação de Desembarque: Implementação para o caso específico das Pescarias de <u>Pequena Escal</u>a























6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE + 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu www.ccr-s.eu

Apesar de vários trabalhos terem sido iniciados a nível comunitário para especificar determinadas disposições da PCP («choke species»..), poucas reflexões foram desenvolvidas no caso da pesca artesanal, para acompanhar esta modificação substancial. Contudo, os desafios, para este tipo de pescaria, são grandes e podem ressaltar-se certos factos que dificultam a implementação:

- Ausência frequente de equipamentos electrónicos a bordo e escassez de espaço físico nas embarcações
- Exiguidade dos adiamentos de actividade de um ponto de vista geográfico, complicando ainda mais o evitamento das capturas indesejadas
- Baixa presença em terra dos Capitães/Patrões, devido à sua presença no mar e participação reduzida nas reuniões preparatórias

O Presidente do Grupo salientou a importância deste assunto. A Federação Galega das Cofradias tem envidado grandes esforços junto dos patrões de pesca artesanal, com vista a favorecer a implementação e aplicação dessa nova política. As diferentes implicações e consequências parecem escapar totalmente ao controlo dos pescadores artesanais e, pelos vistos, o ano de 2019 será muito complicado se nada for feito no sentido de melhorar a informação.

A iniciativa lançada por Espanha, baseada na organização de mesas redondas mensais para tratar da actualidade da OD, foi saudada, nomeadamente, pela sua abertura. Para além disso, decidiu dedicar parte dos seus trabalhos à questão específica dos problemas que a pesca artesanal enfrenta. Nesta fase, apenas foi procedido à identificação dos problemas, eventuais soluções/conselhos serão apresentados posteriormente ao CC Sul. Os debates entre os membros permitiram confirmar a falta de informação prestada aos pescadores artesanais relativamente a esse assunto. Ainda que as taxas de rejeições sejam muitas vezes baixas, a Obrigação de Desembarque terá sempre alguma incidência em qualquer um dos pescadores. Vários membros realçaram a importância de estudos de impactos para avaliar as consequências de uma obrigação de desembarque plena e integral. Terão de ser encontradas soluções. Uma isenção por sobrevivência generalizada para todos os pescadores que pesquem com anzol poderia constituir uma primeira pista. A gestão das quotas terá de ser calibrada da melhor forma, de modo a garantir a continuidade da actividade durante todo o ano e manter a actividade económica. As diferentes flexibilidades terão de ser utilizadas nesse sentido.

Parecer Pesca Recreativa:

Após ter recordado que a versão apresentada para debate no presente dia era o resultado de várias reuniões e de uma consulta electrónica há pouco organizada, foi dada a palavra aos participantes.























6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE + 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu

As Federações de Pescadores recreativos indicaram estar relativamente satisfeitas com a versão actual do documento, mais em conformidade com as suas aspirações do que a versão inicial. Na sequência de discussões informais, gostariam agora que o documento fosse um pouco mais directivo e específico no que respeita ao sistema de licença/declaração da actividade de pesca recreativa, de modo a um quadro comum possibilitar um melhor conhecimento da actividade da pesca recreativa bem como uma sensibilização dessa população. Em termos de registo, citaram-se os exemplos da Região das Baleares e de Portugal, pelo que serão pormenorizadamente estudados, para poderem alimentar o projecto de parecer.

Por outro lado, várias discussões incidiram nos impactos da actividade da pesca recreativa sobre a pesca profissional, quer directos ou indirectos, actuais ou num futuro próximo. Por esse motivo, a questão da comercialização de algumas capturas pelos pescadores de recreio foi novamente abordada, sendo assim salientado o papel dos pescadores profissionais reformados.

Mais globalmente, existe uma certa desconfiança da pesca profissional, relativamente aos impactos que adviriam de um melhor conhecimento da pesca recreativa, tendo todos em mente o exemplo do atum rabilho.

O assunto terá, por isso, que ser novamente debatido, de modo a se encontrar um compromisso. Por um lado, parece óbvio ser necessário dar prioridade à pesca profissional e estes dois tipos de pesca serem nitidamente distinguidos. Por outro lado, os representantes da pesca recreativa não querem que os modelos de gestão profissionais lhes sejam aplicados. Por conseguinte, podia ser encontrado um equilíbrio na recomendação de uma gestão diferencial, garantindo um paralelismo das formas no respeitante à gestão, mas minimizando ao máximo os impactos de uma sobre a outra.

Apresentação dos Projectos Participação Pesca Artesanal Processo Decisório

JM Robert indicou aos membros que, na sequência de uma convocatória de projectos publicada pela DG Mare, dois projectos tinham sido seleccionados no território do CC Sul, de modo a melhor entender e reforçar a participação da pesca artesanal na tomada de decisão. Esses projectos são sustentados, por um lado, pela Azti e, por outro, por B. Guerin.

A Azti (Arantza Murillas) apresentou pormenorizadamente a metodologia que será aplicada durante os dois anos do projecto. Baseando-se, nomeadamente, na rede dos membros do CC Sul, tratar-se-á, numa primeira fase, de mapear e dominar melhor a organização das estruturas de representação da pesca artesanal. Em seguida, estudarse-á mais pormenorizadamente o modo como os pescadores artesanais estão envolvidos no processo decisório, com vista a identificar eventuais eixos de progresso. O projecto conta muito com os membros do CC Sul, a fim de ser o mais completo e eficiente possível. Esta vontade de colaboração traduziu-se pela parceria do CC Sul no consórcio do projecto.

O projecto sustentado por B. Guérin apresenta alguns objectivos idênticos, com elementos metodológicos, em parte, diferentes. É de salientar o firme propósito de























6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient • FRANCE + 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu

promover acções de formação destinadas a favorecer a participação das partes envolvidas.

Se os membros se mostraram um pouco surpreendidos pelo facto de dois projectos com tantas semelhanças serem ambos seleccionados num mesmo território, congratularamse com o estudo da pesca artesanal através desses vectores e o reforço muito provável do seu papel. Não devemos esperar que estes projectos resolvam todos os problemas (quotas...), contudo, ao se objectivarem as situações, será possível identificar certos eixos de progresso. Por fim, convirá ser especialmente vigilante com as questões de representações/representatividade, que, muitas vezes, acabam por envolver demasiada subjectividade. Os trabalhos destes dois projectos serão acompanhados de perto pelo CC Sul.

Apresentação de Experiências de Comercialização

S. Lopez apresentou a iniciativa Galega de implementação de uma marca de qualidade «PescadeRias», cujo objectivo principal era diferenciar a produção certificada realizada pela pesca artesanal, com vista a prestar uma melhor informação aos consumidores. Essa implementação foi possibilitada graças ao apoio da Região da Galiza e das Cofradias. A marca nasceu em 2008, ganhando cada vez mais êxito, até à presente data, com um volume de produto certificado de 8 600 Tn. São muitos os produtos que podem hoje ser diferenciados através desta ferramenta, desde que:

- O tipo de produção cumpra o caderno de encargos («artes menores», saída de pesca de menos de 24 horas)
- Sejam cumpridos determinados requisitos a nível de frescura e aspecto sanitário
- Toda a cadeia de intervenientes seja certificada durante o ciclo comercial do produto, de modo a optimizar a rastreabilidade e proporcionar informações perfeitas aos consumidores.

A marca teve um efeito nos preços, que convém analisar produto por produto. Na imensa maioria das situações, constataram-se aumentos, com diferenças por vezes espectacluares (+ 7 Euros no caso dos Percebes). Observaram-se reduções do preço para 4 espécies.

A marca é uma ferramenta preciosa na constituição de parcerias com empresas. Vários operadores do sector bastante diversos (hipermercados, grossistas, transformadores...) incluíram, desta forma, a marca PescaDeRias na sua estratégia comercial.

Em termos de balanço, nota-se hoje que a marca permitiu melhorar a confiança e a satisfação dos consumidores no acto da compra. A marca também possibilitou a reorientação das actividades, concentrando-as em produtos e produções com valor acrescentado real.























6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient • FRANCE + 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu

Os membros acharam esta iniciativa extremamente pertinente. Outros projectos foram concretizados noutras zonas, tendo um impacto relativamente parecido. Todavia, tais projectos devem ser avaliados a longo prazo.

Principais Conclusões:

- Todos os feedbacks de experiências e boas ideias para facilitar a implementação da OD, no que respeita aos barcos de pesca artesanal terão de ser partilhados. Este tema será acompanhado, tal um fio conductor, por este Grupo.
- Quadro mínimo para a pesca recreativa: designadamente devido a divergências de pontos de vista emitidos, as reflexões terão de ser prosseguidas de modo a dar mais enfoque à diferenciação entre pesca profissional e pesca recreativa.
- Projectos Pesca Artesanal: Os trabalhos científicos serão seguidos de muito perto.



















